

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Rubén Miranda Gonçalves (Universidade de Santiago de Compostela – Espanha)

A PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES REFUGIADOS NO BRASIL: A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTEGRAÇÃO

ISABELLE DIAS CARNEIRO SANTOS

Professora Adjunta na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (FADIR/UFMS). Doutora em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), com Bolsa Mérito MackPesquisa. Bolsista Capes no Programa de Doutorado Sanduíche na Universidad Complutense de Madrid (UCM), Espanha. Estágio Pós doutoral em Direito Público, com ênfase em direitos humanos e fundamentais, pela Universidad de Santiago de Compostela (USC), Espanha. Mestre em Ciências-Jurídico Internacionais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), Portugal, com título revalidado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG).

RESUMO

A tese intitulada “A proteção das crianças e adolescentes refugiados no Brasil: a necessidade de políticas públicas de integração” resulta de pesquisa sobre a análise da trajetória e número de crianças e adolescentes em situação de refúgio existentes no Brasil. Para tanto, abordou-se as proteções atuais, as lacunas legais e falhas fáticas de proteção e inserção na sociedade nacional, bem como o que pode ser feito para adequar a discussão à viabilidade jurídica e política de novas políticas públicas de proteção a esse grupo específico de pessoas. O desenvolvimento do tema pautou-se pelo método qualitativo e dedutivo e uso de metodologia exploratória consistente sobre as Políticas Públicas nacionais destinadas aos menores de dezoito anos no país, ou seja, as questões jurídicas, políticas, sociais e econômicas de proteção,

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Rubén Miranda Gonçalves (Universidade de Santiago de Compostela – Espanha)

acolhida e integração dessas crianças e adolescentes, tanto em situação de acompanhados, como de separados ou desacompanhados, assim como em pesquisa de campo em Organizações não Governamentais e entidades religiosas de acolhida a migrantes forçados, com o intuito de obter a percepção de quem trabalha diretamente com a temática, e conhecer as dificuldades enfrentadas pelas crianças e adolescentes durante o processo de solicitação de refúgio no Brasil. A razão da escolha de tal temática tem relação com o especial relevo que as questões migratórias adquiriram ao longo do século XX até o presente, e o significativo aumento do número de deslocamentos no mundo, inclusive no Brasil, dentre os quais estão os que se encontram em situação de refúgio. No que tange aos refugiados, os indivíduos em faixa etária inferior aos dezoito anos contabilizam atualmente 52% dos refugiados no mundo, e a porcentagem das que se encontram no país também vem crescendo. Não obstante, apesar do crescimento do número de solicitantes de refúgio e refugiados, a proteção destinada a esse grupo é parca, fazendo com que as suas necessidades sejam invisíveis à sociedade internacional e nacional, apesar da quantidade substancial de tratados internacionais e leis internas que visam à proteção de crianças e adolescentes e de pessoas solicitantes de refúgio e refugiadas. Assim, no que concerne à recepção e integração local no Brasil, apurou-se que, no que concerne às Políticas Públicas, não há medidas específicas de inclusão para os migrantes forçados, e que a quantidade de políticas públicas destinadas às crianças e adolescentes solicitantes de refúgio e refugiados, são menos numerosas do que as destinadas aos adultos e as que existem não o são em âmbito nacional, mantendo-se as dificuldades de outrora ainda hoje com relação ao idioma, acesso a saúde, educação, cultura, lazer e moradia/abrigo. Constatou-se também que o percentual de migrantes é inferior a 1% (um) da população, explicando-se, em parte, a pequena e incipiente preocupação em firmar articulações administrativas de âmbito nacional, bem como a destinação de esforços financeiros e de pessoal endereçado às questões do refúgio.

PALAVRAS-CHAVE: Refugiados; Crianças; Adolescentes; Políticas Públicas; Brasil.

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Rubén Miranda Gonçalves (Universidade de Santiago de Compostela – Espanha)

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Letícia; PERTILLE, Thais Silveira. O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA COMO SALVAGUARDA DA PROTEÇÃO AO REFUGIADO. **Revista Jurídica**, [S.l.], v. 3, n. 48, p. 358 - 387, set. 2017. ISSN 2316-753X. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/2185>>. Acesso em: 23 out. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.21902/revistajur.2316-753X.v3i48.2185>.

SILVA, Carla Ribeiro Volpini; ROMANO, Taise June Barcelos Maciel. A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS AMBIENTAIS FUNDAMENTADA NOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS. **Revista Jurídica**, [S.l.], v. 3, n. 48, p. 428 - 457, set. 2017. ISSN 2316-753X. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/2188>>. Acesso em: 23 out. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.21902/revistajur.2316-753X.v3i48.2188>.